

Sustentabilidade dos sistemas de produção da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul: uma contribuição do OBSSAN-RS

SCHREIBER, Natany M.<sup>1,2</sup>, COELHO-DE-SOUZA, Gabriela<sup>2</sup>

1- Curso de Graduação em Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, IEPE, UFRGS.



# INTRODUÇÃO

- O Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional (OBSSAN) visa a promover a interlocução institucional, estabelecer um fluxo de informações em nível estadual e municipal, e subsidiar a produção de análises sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Rio Grande do Sul (RS).
- O banco de dados está em fase de alimentação e, posteriormente, será disponibilizado através de uma plataforma web de acesso público.
- O presente trabalho analisa o indicador "sustentabilidade dos sistemas de produção", relacionado à primeira dimensão do PlanSAN, referente à Produção de Alimentos do Estado.

## MÉTODOS

Foram selecionados dados sobre o número de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar referentes à cinco categorias por meio do banco de dados do Censo Agropecuário/IBGE, referente ao ano de 2006

Matas e/ou florestas - florestas

•Sistemas agroflorestais - área

também usada para lavouras e

Terras degradadas (erodidas,

Terras inaproveitáveis para

areais, pedreiras, etc.)

desertificadas, salinizadas, etc.)

agricultura ou pecuária (pântanos,

pastoreio por animais

da aquicultura

caminhos

cultivada com espécies florestais

Tanques, lagos, açudes e/ou área

#### Uso de terras

- Lavouras permanentes Lavouras – temporárias Lavouras - área plantada com forrageiras para corte
- Área para cultivo de flores (inclusive hidroponia e plasticultura), viveiros de mudas, estufas de
- •plantas e casas de vegetação •Pastagens – naturais
- Pastagens plantadas degradadas Pastagens - plantadas em boas
- condições •Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente
- ou reserva legal •Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)

### Práticas Agrícolas

- Plantio em nível Uso de terraços
- plantadas com essências florestais •Rotação de culturas
  - •Uso de lavouras para reforma e/ou renovação e/ou recuperação de pastagens
  - •Pousio ou descanso de solos
- de águas públicas para exploração Queimadas
- •Proteção e/ou conservação de Construções, benfeitorias ou encostas

#### Alternativas para controle de pragas/doenças vegetais

 Fazem Controle biológico •Queima de resíduos agrícolas e de restos de culturas Outras (uso de repelente, caldas, iscas, etc.)

Não fazem

#### Uso de Irrigação

- •Inundação
- Sulcos
- Aspersão (pivô central)
- Aspersão (outros métodos) Localizado (gotejamento, microaspersão, etc.)

### Uso de agrotóxico

•Utilizou

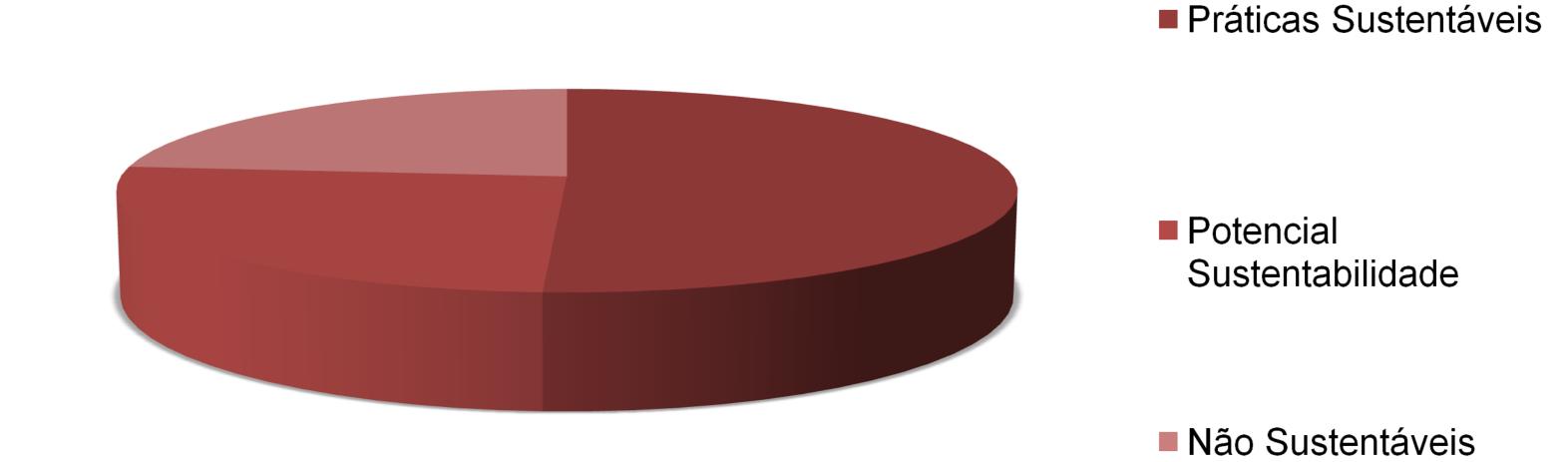
•Utiliza - não precisou utilizar em

2006 Não utilizou

As subcategorias foram avaliadas em relação à sustentabilidade agronômica e ambiental, resultando em três grupos: a) práticas sustentáveis; b) práticas com potencial de sustentabilidade, dependendo da extensão praticada e do ecossistema onde o estabelecimento está presente; e, c) práticas não sustentáveis.

### RESULTADOS

- O Rio Grande do Sul apresenta 441.472 estabelecimentos rurais, destes 400.098 correspondem à agricultura familiar.
- Foram encontradas 21 subcategorias que correspondem a práticas sustentáveis, o equivalente a 50,7% das práticas nos estabelecimentos
- 07 subcategorias correspondem a práticas com potencial de sustentabilidade, o equivalente a **25,8%** das práticas nos estabelecimentos
- 05 subcategorias correspondem a práticas não sustentáveis, o equivalente a 23,4%,



Os resultados demonstram que a agricultura familiar desenvolve a maior parte de suas práticas de forma sustentável, embora também desenvolva práticas com potencial de sustentabilidade e não sustentáveis

## CONCLUSÕES

Para colaborar no processo de transição para o estabelecimento de uma agricultura familiar sustentável no Estado sugere- seque as práticas com potencial de sustentabilidade e não sustentáveis sejam refletidas junto aos agricultores por dos agentes de ATER capacitados que venham a oferecer alternativas que considerem os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional.

# REFERÊNCIAS:

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: 2012/2015. BRASÍLIA: CAISAN, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, IBGE, 2012 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário. Brasília, IBGE, 2006.

SILVA, Christian Luis da. Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva, 2010.





